

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS (CEDIND) NA ALDEIA GUARANI MBYÁ DE SAPUKAI

Data: 10 de março de 2023

Local: Aldeia Guarani Mbyá de Sapukai

Hora de início: 10h. **Horário de término:** 18h

Participantes do CEDIND: Álvaro Mendes (ITERJ); Amarildo Nunes (Liderança da Aldeia Mata Verde Bonita); Leon Araújo (Sesec); Mariana Paladino (Associação Brasileira de Antropologia); Marize Guarani (Aldeia Jacutinga); Nicolas Alexandria (MN/UFRJ); Nielson Bezerra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Nino Verai (Aldeia Araponga/Organização Indígena Yvyrupa); Reinaldo Potiguara (AULA); Sérgio Ricardo Potiguara (Rede GRUMIN); Toni Lotar (Indigenista AIAM/Fundação Darcy Ribeiro); Zélia Puri (MRP).

Participantes convidados pelo CEDIND: Dr. João Helvécio (DPE/RJ); Adriana Teruliana (Prefeitura de Angra), Sandro Costa (FIPERJ)

A reunião iniciou-se às 10:00 da manhã com os caciques e principais lideranças das aldeias Guarani de Paraty Araponga, Itaxim, Arandu Mirim, Rio Pequeno e da aldeia anfitriã Sapukai de Angra, falando na língua Guarani e trocando informações sobre a situação da política indigenista nacional no novo governo Lula e colocando suas preocupações e necessidades principais de suas comunidades

Os Conselheiros do CEDIND que vieram do Rio de Janeiro chegaram à reunião às 12:00 com a reunião já em curso. Nino fez uma apresentação inicial, abrindo espaço para que todos os representantes das aldeias de Maricá, Angra e Paraty falassem. Estavam presentes caciques, vice caciques, alguns professores indígenas e representantes das seis aldeias guarani do Estado do Rio de Janeiro: Sapukai (município de Angra dos Reis); Itaxim, Araponga e Rio Pequeno (município de Paraty); Ara Hovy e Mata Verde Bonita (município de Maricá). Só faltaram representantes da aldeia Iriri, constituída por população Pataxó, que se localiza no município de Paraty.

Também estavam presentes alguns conselheiros do CEDIND, parceiros e representantes de alguns órgãos públicos de Angra dos Reis. Na parte da manhã, após as falas e as apresentações dos participantes indígenas, membros das comunidades citadas acima, os conselheiros do CEDIND e parceiros Juruá foram convidados pelo presidente Nino a se apresentar. O primeiro foi o Toni que reforçou a importância do encontro que marcou a retomada das visitas do CEDIND às aldeias e ressaltou que reunião não era para o conselho falar, mas ouvir dos caciques e lideranças as necessidades prioritárias das suas respectivas aldeias e as principais preocupações e dúvidas dos caciques e das lideranças das aldeias presentes. Ele frisou que o Conselho não é um órgão do governo embora ligado a SEDSDH secretaria de estado de desenvolvimento social e direitos humanos era um órgão voluntário e todos os conselheiros trabalham de forma voluntária, com base no seu comprometimento pessoal com a causa indígena e representando seus órgãos de origem.

Assuntos discutidos na parte da manhã:

Nino Benite fala que é preciso trazer melhorias para dentro das Aldeias, principalmente para a educação; Nino também fala como é importante as mulheres e os jovens participarem e entenderem a finalidade e o papel do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ. Agradece a oportunidade de mostrar aos membros do CEDIND, e ao representante da Defensoria Pública do Estado as dificuldades de cada Aldeia; A principal luta no momento da Aldeia Araponga é sobre o acesso pois a estrada de terra não chega às proximidades da aldeia. Fala da briga permanente das aldeias com os seus Municípios e com o Estado por apoio a sua comunidade e que o Conselho tem que chegar e trabalhar junto com as Aldeias para encaminhar as soluções. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros e convidados presentes para que se apresentem.

Dr. João Helvécio, Defensor Público do 2º núcleo Regional de Tutela Coletiva. Fala que a DPE/RJ tem buscado fazer, em parceria com o CEDIND, a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro. João fala sobre a documentação básica, que é um elemento de dignidade e cidadania de acesso a outros direitos. Ele fala que essa documentação básica é uma demanda importante para as comunidades. Essa documentação básica é um item que a Defensoria se coloca a disposição até para organizar alguma atividade que consiga levar uma ação da Defensoria junto com o DETRAN para tirar a documentação básica nas próprias comunidades. Outro ponto específico, em parceria com o CEDIND, é a criação do grupo de trabalho sobre segurança alimentar e nutricional. João trouxe a proposta de fazer um checklist, uma comparação, do que tem numa ação civil pública, do Ministério Público Federal, proposta de 2016, em sentença judicial, mandando reformar e requalificar a escola. Essa escola não sofreu as melhorias que estão nessa Ação Civil Pública. João, junto com o CEDIND, vai fazer esse levantamento, essa comparação, fazer umas fotos, se a aldeia permitir, fazer um relatório e tentar dialogar com o Ministério Público Federal para retomar o cumprimento dessa ordem judicial. A Defensoria Pública já conversou com o Cacique da Aldeia de Sapukai sobre a questão de saúde e alimentação. Dia 23/03 terá uma ação específica na Aldeia do Rio Pequeno junto com a ouvidoria e a Defensoria Pública. Ele deixa o convite ao CEDIND para estar nesse evento. Não há nenhuma conquista sem luta e sem movimentação. - Nino, em nome do CEDIND, pergunta ao Defensor Público João se ele tem a intenção de visitar todas as aldeias. - João responde que sim. Que essa programação já estava combinada com o CEDIND mas devido a COVID a orientação da Secretaria de Saúde foi que não teria visita nas aldeias.

FIPERJ: Fundação de Pesca do RJ – trouxe a proposta da piscicultura feita pelos técnicos da FIPERJ para todas as aldeias de Paraty, Angra e Maricá. Ele propôs fazer um treinamento com os jovens da aldeia Sapukai para auxiliá-los na manutenção da piscicultura de forma correta agora que o tanque da aldeia foi reativado. A ideia é aproveitar os jovens e ensiná-los a trabalhar com esta técnica. Essa técnica ajuda tanto na alimentação como na comercialização, aproveitando o couro do peixe para o artesanato indígena. Esse projeto para não depender apenas da ração para peixe, vai trabalhar com uma espécie de tilápia que tem uma preferência por se alimentar de planta aquática. A ideia é criar a planta junto com o peixe e no futuro ajudar na comercialização.

Em seguida, foram sendo convidados para se apresentar aos indígenas presentes os demais conselheiros: Sergio Ricardo Potiguara, Reinaldo Potiguara, Marize Guarani, Mariana Paladino, Leon Araújo, Nicolas Alexandria, Alvaro Mendes até às 14:00 quando houve uma parada para almoço.

Oitiva dos caciques e lideranças na parte da tarde

O segundo momento do Conselho aconteceu na parte da tarde, após o almoço, na casa de reza, com a Oitiva dos caciques e algumas lideranças das comunidades indígenas que apresentaram sua visão com relação às prioridades de cada aldeia.

Nino Benite da Silva (presidente do CEDIND e liderança da aldeia Araponga) Inicia a primeira fala reclamando da falta de acessibilidade que a comunidade de Araponga sofre para sair da aldeia até a estrada que conduz à cidade, bem como o retorno, pois os carros só conseguem chegar até um ponto do caminho e, depois, é necessário que as pessoas peguem uma trilha que só pode ser feita a pé. Eles vêm lutando há anos e reivindicando à Prefeitura a abertura de uma estrada, sobretudo considerando que o cacique Augustinho tem 104 anos de idade e a pajé Marciana tem 94 anos. Para as emergências médicas, os pacientes precisam ser transportados em maca a pé. Nino destaca que o CEDIND através da atuação do conselheiro Toni e do presidente Tukano já ajudou na demanda por instalação de placas solares na comunidade e que agora esperam também que ajude na mediação com os órgãos responsáveis para abertura de estrada, no caso a prefeitura de Paraty com aprovação do ICMBio. Nino também fala sobre o Museu do Índio, localizado no bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro e sobre as candidaturas que estão acontecendo para que representantes indígenas assumam a direção do Museu. Ele afirma que nunca receberam nenhuma ajuda e nem apoio do Museu. Eles precisam indicar e está presente. Por isso, ele diz apoiar à Neusa, vice cacique de Rio Pequeno, destacando que está capacitada para o cargo no Museu do Índio. Nino também fala que apoiam o Algemiro, cacique atual de Sapukai, para que assuma a coordenação regional ou local da FUNAI, em Itanhaem e Angra, respectivamente. Ele diz que os caciques e lideranças tem que se organizar. O Conselho tem que trabalhar mais. Os caciques e os jovens precisam se organizar, se preparar para está lutando mais dentro do conselho. Sobre a educação, ele sente vergonha de falar da educação, da estrutura da escola na sua aldeia. A escola não tem banheiro, não tem sala de refeição. Eles não aguentam mais a diretora da escola. A briga por melhorias da escola não será mais com a diretora, mas com a Regional da SEEDUC. A escola não recebe apoio do município e isso precisa ser visto. Eles não têm uma representação indígena no estado do Rio.

Seu Augustinho (cacique e pajé da aldeia Araponga) expõe um longo discurso, primeiro em guarani e, depois, fala em português de forma mais curta, salientando que há 40 anos mora em Araponga e as problemáticas continuam sendo as mesmas. Agora ele não quer falar mais aqui (na reunião). Ele propôs ir direto ao Rio de Janeiro para apresentar as demandas e não esperar que os juruá cheguem. O Cacique Agostinho diz que a escola da aldeia não tem estrutura. Ela não tem água, não tem mesa, não tem banheiro. As crianças tem que sair da escola e ir para o mato fazer as suas necessidades. Para ele, não adianta mais falar com os funcionários da FUNAI, agora ele quer falar só entre os Guarani. O município de Paraty

também não ajuda a aldeia em nada. O prefeito já foi na aldeia duas vezes atrás de voto, mas ele se recusou a ajudar porque os prefeitos só tem mentido para aldeia. Seu Agostinho diz que o Juruá é mentiroso.

Márcia (vice cacique de Araponga e professora na escola desta aldeia) destaca que ela saiu fora para estudar em Santa Catarina e se formar em magistério indígena a fim de preparar-se para desempenhar essa função e voltou cheia de expectativas. Mas quando chegou, ficou triste, desiludida. A escola está em péssimas condições. Ela pergunta aos ouvintes: cadê a qualidade sem infraestrutura? Como vamos ensinar desse jeito? Eu tinha expectativas e sumiram agora. Ela fala que a escola da aldeia é muito precária. Não tem refeitório e nem banheiro. Ela fala que a lei existe e o aluno tem o direito de estudar, mas a educação de Araponga é a pior do Rio e de Paraty.

Neusa (vice-cacique da aldeia Rio Pequeno) – Ela estudou fora e conheceu outras realidades que foram importantes para ela. Neusa também destaca que a prefeitura de Paraty não ajuda em nada, e lembra a violência e racismo que sofreram por causa da especulação imobiliária no território que moram. Diz que assumiu como vice-cacique há 4 anos, depois do assassinato do irmão dela que ocupava tal função. Foi todo um período muito difícil e até hoje continuam lutando pela regularização fundiária. Eles demandam 2370 hectares, que foi reconhecido por estudo de identificação antropológico, mas até agora o processo está parado na FUNAI, e eles ocupam somente 8 hectares. Ela fala que a comunidade do Rio Pequeno segue na luta pela demarcação de sua terra. Ela relembra que foi no ano de 2000 que eles fizeram o processo de retomada do Rio Pequeno. Ela diz que o Estado brasileiro tem a obrigação de demarcar as terras indígenas. Neusa destaca que a FUNAI tem que encaminhar o estudo, o relatório do MJ, mas infelizmente a própria FUNAI contestou. Neusa disse que todos ficaram muito tristes porque o Lula voltou para a presidência e indicou uma indígena, a Joenia Wapichana, para a presidência da FUNAI, a comunidade teve vários diálogos com a Joenia sobre esse processo demarcatório, as indicações que surgiram como movimento também, mas eles se depararam com essa ação contestatória da FUNAI e ficaram muito tristes. Ela disse que a comunidade vai voltar a articular as ações do processo demarcatório. Neusa diz que o CEDIND poderia ajudar enviando cartas de apoio à comunidade para a FUNAI e o Ministério dos Povos Indígenas. Ela fala da importância do Conselho e sobre a importância dos indígenas se unirem. Ela traz a proposta de ter Ensino Médio e Ensino Superior dentro da terra indígena, porque muitos indígenas que saem da aldeia para estudar não sobrevivem. Muitos jovens não têm condições de sair de dentro da aldeia para fazer faculdade porque é longe e não têm recursos para se manter fora da aldeia. Ela traz, também, propostas de projetos de capacitação e cultura para os jovens e enfatiza que é importante rodar as aldeias para que se possa ver a vulnerabilidade que ainda existe em pleno século XXI.

Júlio Garcia (coordenador da Comissão Guarani Ywy Rupa) ressalta que todas as comunidades guarani precisam se unir e se fortalecer como movimento. Ele fala das ações da Comissão e também do Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçara de Angra, Paraty e Ubatuba, que é uma rede de apoio importante. O Conselho Indígena precisa fazer uma agenda política e encaminhar para ALERJ, no Rio de Janeiro. Ele comenta que têm sido encaminhadas muitas reivindicações à ALERJ, mas desconhece os encaminhamentos delas. Ele fala que falta estrutura nas aldeias e reclama da falta de colégios e do acesso

que é precário; O representante indígena diz que falta um olhar dos governos para as populações tradicionais do Estado do Rio de Janeiro.

Cacique Pedro (Aldeia de Paraty Mirim, aldeia de Itaxi) ressalta que “a luta é única”: “a luta nossa é o reconhecimento do nosso território. O cacique diz que partir do momento que o território for reconhecido, eles terão que ver o que precisam e o que querem. Para ele, o reconhecimento do território dá uma garantia para fazer uma construção de tudo o que a aldeia precisa como: saúde de qualidade, educação de qualidade, moradia com qualidade, alimento de qualidade, água de qualidade e boa estrada. Ele também fala que precisa fortalecer o trabalho das mulheres e diz que “O movimento Guarani é forte. “É um movimento de resistência”. O cacique Pedro denuncia também que a aldeia Arandu Mirim (localizada em Mamanguá), não tem educação, não tem saúde e tem muita dificuldade de transporte. Também não tem energia elétrica na aldeia nem internet que fica isolada em caso de alguma emergência. O acesso que eles tinham era apenas um barco pequeno, mas a comunidade conseguiu, através de uma campanha de contribuição, um recurso da Alemanha para a compra do barco. O barco ainda não foi entregue à aldeia. Pedro relata que são muitas promessas que não chegam e é preciso um trabalho em conjunto com os caciques e todas as lideranças. O cacique faz as seguintes perguntas: Como que está a reformulação dos conselheiros do direito indígena? Ele também mostrou a dificuldade com o conselho da educação e que eles precisam saber quem são os membros que estão fazendo parte desses conselhos? É muito importante os caciques saberem. Ele disse que participava do conselho, mas ele expos que eles têm muita dificuldade de participar da reunião porque eles não têm uma estrutura e nem recurso que garanta a participação. O Cacique Pedro ainda fez as seguintes indagações: Será que o conselho não tem como está pensando nessa estrutura, está pensando nisso? Será que tem como pensar como garantir recurso para manter o conselho? Para o Cacique, muitas vezes os indígenas não tem como participar do conselho e é importante eles participarem do conselho indígena e o conselho de educação, mas hoje eles nem sabem quem são esses membros que estão fazendo parte desse conselho. E que todos devem pensar como garantir a manutenção do conselho, porque existe essa dificuldade não só para os indígenas, mas para as pessoas que estão envolvidas também. **Marize** pediu para responder a pergunta do Cacique Pedro e apontou que no setorial de educação do CEDIND continuam as mesmas pessoas e que algumas reuniões tem sido on-line. Marize disse que é colocado na página do Conselho e que tem ligado para as pessoas, mas que perdeu o telefone de contato do cacique Pedro. Marize também pontuou que sabe da dificuldade do acesso à internet que a aldeia tem e isso dificulta a participação das aldeias na reunião no Setorial de Educação e Cultura do CEDIND. Marize trouxe como proposta marcar uma reunião para falar sobre essas dificuldades e agendar uma reunião na primeira semana de abril com o Setorial de Educação do CEDIND. Nino reforçou a fala do Pedro, dizendo que no início do Conselho eles tinham transporte, alimentação e hospedagem quando vinham ao Rio. Ele trouxe a questão da estrutura, mostrando a dificuldade de acesso e a falta de recursos que eles têm para estarem presentes nas reuniões.

Lucas (liderança da comunidade de Sapukai) disse que já estão no Conselho há muito tempo e que é preciso avaliar pra vê se está tendo a participação das aldeias e o que podemos fazer para melhorar, o que está faltando e o que podemos tirar. Lucas diz que não tem como falar que está tudo certo ou tudo tranquilo,

porque hoje eles estão vemos muitas coisas paradas e não se consegue sair do lugar. Lucas Também fala da situação da educação escolar. A aldeia vem enfrentando os desafios. Tem em torno de 30 a 40 jovens parados sem conseguir fazer o Ensino Médio. Eles estão parados dentro da aldeia já tem três anos. A comunidade tem passado muita preocupação e querem saber como o Conselho pode ajudar nessa questão das escolas indígenas. Esse ano, a comunidade decidiu mandar os filhos para fazer o Ensino Médio na cidade. Isso também envolve os pais, porque eles sofrem junto com os jovens, porque há muita preocupação em saber para onde o estado vai levar esses jovens. Vai ter algum transporte? Vai ter professor? Como vai ser? A comunidade decidiu mandar os jovens irem estudar fora, mas desde que aja transporte, alimentação, toda uma estrutura para eles. Lucas destacou que as propostas precisam dar seguimento. Não podem ficar só na discussão. Lucas ressalta que alguns jovens optam por estudarem em outros Estados, como São Paulo e Santa Catarina, mas isso afeta a saúde mental desses jovens e da família, que se preocupa em relação a como será as condições de vida no novo espaço. Ele também questiona se o CEDIND está acompanhando todas essas problemáticas e que o Conselho está aqui para levar essas demandas. Lucas também fala que ninguém ainda conseguiu resolver o problema da estrada da Aldeia de Araponga. Lucas destacou que não podemos marcar outra reunião daqui a um ano para discutir as mesmas coisas e que os filhos dos indígenas precisam ter um ensino de qualidade como os filhos do prefeito têm. Lucas fala que o CEDIND não conseguiu ter um acompanhamento de perto do projeto de educação do estado do Rio de Janeiro. Ele fez os seguintes questionamentos: “Como está a situação de cada professor indígena? Como está o salário? É adequado eles ganharem R\$800 reais por mês?” Lucas fala que o estado não faz esse repasse, não faz a prestação de contas. Lucas propõe que cada aldeia tem que preparar o seu espaço, organizar uma estrutura para receber pessoas e fazer a reunião do Conselho dos Direitos Indígenas ee outros parceiros. Ele ainda pergunta se tem a possibilidade de melhorar a cozinha comunitária. Lucas falou sobre a ideia de criar peixe que a Fundação de Pesca apresentou. Ele expos que não conseguiu entender a proposta e pergunta como vão conseguir levar a ideia adiante sem uma garantia de recursos. Lucas também se referiu ao fato de o Conselho ser consultivo. Ele disse que a palavra consultivo acaba gerando dúvidas e que é preciso saber o significado da palavra para entender o que está sendo discutido. Lucas faz alguns questionamentos querendo saber quem são os representantes das aldeias que estão fazendo parte do Conselho. Ele pergunta se as comunidades indígenas tem conhecimento do estatuto do CEDIND e questiona se o Conselho pode ou não ajudar.

Marize respondeu ao Lucas explicando que dia 20/03 terá uma reunião do Setorial de Educação. Marize ficou de conseguir um ônibus para levar os guarani para frente da Secretaria de educação e só sair da porta da Secretaria quando eles assinarem uma documentação, se comprometendo a fazer obra nas escolas e implementar o ensino médio, porque é um absurdo os alunos saírem da aldeia para irem estudar na cidade sem recursos. É importante que todas as aldeias estejam presentes. Marize trouxe um segundo ponto importante mostrando que o processo de estruturação do Conselho teve a participação de todas as aldeias. O Conselho foi construído de forma coletiva com a participação das aldeias, dos indígenas que vivem no contexto urbano e de algumas instituições. Ela ainda frisou que não existe conselho deliberativo vinculado a secretaria estadual de direitos humanos e por isso o CEDIND é um conselho consultivo. Mas o mais

importante que o nome é o comprometimento dos conselheiros, indígenas e não indígenas para que o CEDIND possa cumprir seus objetivos. Marize sugeriu ainda que as reuniões nas aldeias de Angra e Paraty tenham uma estrutura diferente com os conselheiros chegando no final da tarde, para dormir perto da aldeia e começar o debate no dia seguinte logo cedo pela manhã.

O Cacique Algemiro agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião às 17h:35min.

Ata realizada por: Francine Cristina de Menezes Nunes, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre povos Indígenas, interculturalidade e Educação (FEBF-UERJ)